



# CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## EDITAL Nº 01/2019

### PROGRAMA ESPECÍFICO PARA PROVA ORAL

#### AGRUPAMENTO DE PONTOS

#### **PONTO 1**

##### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Controle de Constitucionalidade. A Norma Tributária. Hipótese de Incidência Tributária e fato gerador. Aspectos da norma tributária. Incidência Tributária.

##### DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios do Direito Administrativo. Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos. Desconcentração e descentralização administrativa. Personalidade de Direito Público. Pessoa administrativa. Setor público não-estatal. Organizações sociais. Organizações da sociedade civil de interesse público.

##### DIREITO PENAL

Conceito, evolução histórica, fontes, objetivos. O Direito Penal e o Estado Democrático de Direito. Concurso de crimes. Aspectos penais das Leis 4.737/1965, 7.716/1989, 11.343/2006 e 5.478/1968. Suspensão condicional da pena. Extinção da Punibilidade.

##### DIREITO PROCESSUAL PENAL

A norma processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da norma processual penal. Fontes do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal. Princípios disciplinadores do Direito Processual Penal. As garantias constitucionais e o processo penal. Sentença criminal; formalidades essenciais; declaração da sentença; nova definição jurídica do fato; publicidade; efeitos. A validade da sentença penal condenatória enquanto coisa julgada inconstitucional.

##### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência.

##### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). Processo e Constituição. A Constitucionalização do processo civil. Princípios constitucionais do processo civil. Inafastabilidade do controle jurisdicional. Direitos fundamentais e processo. A conexão entre os princípios do contraditório e da fundamentação das decisões jurisdicionais. Normas de Direito Processual Civil. Natureza jurídica, fontes, princípios e garantias processuais civis, interpretação e direito processual intertemporal. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Perspectiva constitucional do direito de ação. Direito subjetivo, pretensão, ação de direito material e ação de direito processual: distinções. O vínculo entre as condições da ação e o mérito da causa.



## PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Evolução Histórica da Defensoria Pública. Estatuto constitucional da Defensoria Pública na Constituição de 1988 e as Emendas Constitucionais 45/04, 74/13 e 80/14. Instituição essencial e permanente. Competência legislativa. Autonomia funcional e administrativa. Iniciativa orçamentária.

### DIREITOS HUMANOS

Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos.

Dos povos e comunidades tradicionais. Igualdade racial e combate a discriminação. Diversidade sexual e de gênero. Liberdade religiosa. Grupos vulneráveis. População em situação de rua. Assentamentos humanos e remoções forçadas.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Infância e Juventude: Lei 8.069/90 e Lei 12.594/12, Lei 13.257/16, Lei 13.431/17 e Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU – Decreto 99.710/90 e Decreto-legislativo 28/90.

### DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Natureza Jurídica da Execução Penal. Objetivo da Execução Penal.

Antecedentes históricos. Inserção constitucional. Princípios e Direitos fundamentais relativos ao Direito de Execução Penal. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Princípio da Humanização da Pena. Princípio da Igualdade. Princípio da Individualização da Pena. Princípio da Menor Onerosidade da Pena. Princípio da Vulnerabilidade do Preso. Princípio Ressocializador. Princípio da Complexidade. Princípio da Legalidade. Princípio da Normatividade. Princípio da Normatividade Anterior.

## **PONTO 2**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Hermenêutica Constitucional. Interpretação, integração e aplicabilidade da Norma Constitucional. Hermenêutica do Direito Tributário. Eficácia da norma tributária no tempo e no espaço. Interpretação. Integração.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, motivação, espécies, revogação e anulação. Classificação dos atos administrativos. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Vícios ou defeitos dos atos administrativos. A teoria das nulidades no Direito Administrativo. Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes. Revogação, anulação, cassação e convalidação do ato administrativo. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. A ética na Administração Pública. Dever de transparência e de informação. Processo e procedimento administrativo: princípios, fases e modalidades. Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar. Responsabilidade administrativa. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa.

### DIREITO PENAL

Ação e omissão. Exigibilidade de conduta diversa. Sistema penal e controle social. Conflito aparente de normas penais. A ciência do Direito Penal. Dogmática penal, política criminal e criminologia, política penitenciária e penologia. Aspectos penais das Leis 12.850/2013, 10.741/2003 e Decretos-Lei nº 3.688/1941 e 201/1967.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Polícia e inquérito policial. Das medidas assecuratórias.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Da pessoa natural. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Dos bens. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e Partilha.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Jurisdição: conceito, características, escopo, elementos, princípios e espécies. Jurisdição voluntária. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação, arbitragem. Competência: em razão do valor e da matéria. Competência funcional e territorial. Modificações de competência e declaração de incompetência. Processo: teorias, pressupostos processuais, atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, distribuição e registro, valor da causa. Formação, suspensão e extinção do processo. Nulidades no processo civil.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Necessitado: conceitos e demonstração. Gratuidade de justiça. Assistência jurídica e Assistência judiciária. A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas. Modelos teóricos de prestação



da assistência jurídica (*judicare, salaried staff model, pro bono* e híbrido) e a opção constitucional.

## DIREITOS HUMANOS

A evolução histórica dos Direitos Humanos.

A vigência e eficácia das normas do direito internacional dos Direitos Humanos. As possibilidades de aposição de reservas e de oferecer denúncia relativas aos tratados internacionais de Direitos Humanos.

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Saúde: Lei 8.080/90.

Direito Urbanístico: Lei 13.089/15, Lei 10.257/01 e 11.977/09.

## DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Da Detração e Remição da Pena. Do Trabalho. Do Trabalho Interno. Do Trabalho Externo.

Dos Deveres e dos Direitos previstos na Lei de Execução Penal.

Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, "Regras de Mandela". Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e medidas não privativas de liberdade para Mulheres Infratoras, "Regras de Bangkok". Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) (Dec. 678/1992). Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.

## **PONTO 3**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Ações Constitucionais. Tributo. Conceito. Elementos essenciais. Tributos em espécie. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização. Inexecução, revisão e rescisão. Execução do contrato administrativo. Alteração unilateral. Teoria do fato do príncipe. Teoria da imprevisão. Equilíbrio econômico-financeiro. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Recursos administrativos.

### DIREITO PENAL

Tipo penal e tipicidade. Aplicação da lei penal no tempo, no espaço e quanto a pessoas. Contagem de prazo. Resultado do crime. Consumação e tentativa. Aspectos penais das Leis 9.455/1997, 9.503/1997 e 9.605/1998.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ação penal. Ação civil *ex delicto*.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Do casamento. Relação de parentesco. Do regime de bens. Usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Bem de família. União estável. Tutela e curatela.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A Defensoria Pública no Processo Civil. Curadoria Especial. Prerrogativas da Defensoria Pública no processo civil. Aspectos processuais da Lei Complementar Federal nº 80/1994 e da Lei Complementar Estadual nº 65/2003. Sujeitos do processo. Partes e procuradores. Do Juiz. Ministério Público. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros. Assistência jurídica gratuita: aspectos processuais.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Os membros da Defensoria Pública como agentes políticos de transformação social. A Defensoria Pública como "guardiã dos vulneráveis" (*custos vulnerabilis*), à luz da Constituição da República, do Direito Internacional dos Direitos Humanos, Leis Orgânicas e precedentes judiciais.

Atuação como *amicus curiae*.

Legitimação para Ação Direta de Inconstitucionalidade de ato normativo estadual, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência.

### DIREITOS HUMANOS

Comissão Interamericana de Direitos Humanos: relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão.



Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos: sistemas da Organização dos Estados Americanos: estrutura, competência, funcionamento e documentos produzidos.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Consumidor: Lei 8.078/90; Decreto Federal 2.181/97; Decreto Federal n. 7962/13, Lei 11.101/05; Lei 12.529/11.

### DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Das Penas Privativas de Liberdade. Dos Regimes. Da Progressão de Regime. Das Autorizações de Saída. Da Remoção do Preso. Da Monitoração Eletrônica.

## **PONTO 4**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Indivíduo. Sociedade e Estado. Poder Constituinte. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar e o Sistema Constitucional Tributário. Vedação à limitação de tráfego de pessoas ou bens. Imunidades. Personalização do imposto. Proibição de taxas com base de cálculo própria de imposto. Vedação à isenção heterônoma.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização. Parcerias público-privadas. Concessão de serviço público. Natureza jurídica e conceito. Extinção da concessão de serviço público. Reversão dos bens. Permissão e autorização. Poder de polícia administrativa. Poder de polícia e direitos fundamentais.

### DIREITO PENAL

Elementos constitutivos do tipo penal. Causas legais e supralegais de exclusão da ilicitude. Teoria da lei penal. Imputabilidade. A parte especial do Código Penal. Crimes contra a pessoa. Aspectos penais das Leis 8.137/1990 e 7.853/1989.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Jurisdição. Órgãos de jurisdição penal. Competência. Métodos de determinação e modificação da competência. Conflito de jurisdição. Conflito de competência. Competência da Justiça Federal e da Justiça Militar Estadual.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Contratos. Várias espécies de contrato. Atos unilaterais. Lei 8.078/90. Decreto 5.903/06.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo de conhecimento. Instrução Probatória. Conceito e Objeto da Prova. Ônus da Prova. Carga Dinâmica do Ônus da Prova. O Procedimento Probatório. Antecipação da Prova e Prova Emprestada. A posição do Juiz na apreciação da Prova.

A atividade cognitiva do juiz e as técnicas de sumarização da cognição e dos procedimentos. Procedimento comum ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Organização da Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais. Organograma. A Defensoria Pública como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Constituição Estadual, Lei Complementar Estadual nº 65/03 e a Lei Complementar Federal nº 80/94.

Especificidades da atuação especializada da Defensoria Pública, destacadamente: infância e da juventude, consumidor, idoso, direitos humanos, urgências criminais e audiência de custódia, saúde, mulher vítima de violência doméstica, juizados especiais e tribunais superiores. Características da atuação nas demandas cíveis, criminais e de família.



## DIREITOS HUMANOS

O sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos: Declarações e Tratados da Organização dos Estados Americanos.

A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face do artigo 5º, e seus parágrafos, da Constituição Federal.

## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Registro Público: Lei 6.015/73.

Tutela Coletiva e Processo Coletivo. O microsistema processual coletivo. Termo de ajustamento de conduta. Ação Civil Pública: Lei 7.347/85.

## DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Das Penas Restritivas de Direitos. Da Prestação de Serviços à Comunidade. Da Limitação de Fim de Semana. Da Interdição Temporária de Direitos. Da Suspensão Condicional. Da Declaração de Extinção da Pena.



## **PONTO 5**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Organização do Estado. Competência Tributária. Competência Legislativa. Competência Arrecadatária.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público. Agentes públicos. Servidor e funcionário público. Natureza jurídica da relação de emprego público. Agentes políticos. Funcionário efetivo e vitalício. Garantias. Estágio probatório. Cargo em comissão. Agente de fato. Aposentadoria do servidor público. Defensor Público. Provimento e vacância dos cargos públicos. Reformas Constitucionais Administrativas.

### DIREITO PENAL

Nexo de causalidade. Culpabilidade. Discriminantes putativas. As escolas criminológicas. Limites das penas. Aspectos penais das Leis 8.137/1990, 10.671/2003 e 9.503/1997 e Decretos-Lei nº 3.688/1941 e 201/1967.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sujeitos do processo. Capacidade processual. Legitimidade. O Ministério Público e seu assistente. Acusado e defensor. O interrogatório do acusado e a ampla defesa. Princípios que regem o contraditório. Da insanidade mental do acusado.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Posse. Propriedade. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca e anticrese.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sentença e coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e modalidades da sentença. Legitimidade das decisões judiciais. Classificações da sentença e as espécies de tutelas. Sentenças não satisfativas. Tutelas específicas: tutela inibitória mandamental, tutela inibitória executiva, tutela reintegratória ou de remoção do ilícito, tutela do adimplemento da obrigação contratual na forma específica, tutela ressarcitória na forma específica, tutela ressarcitória pelo equivalente monetário.

Coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos, modalidades e classificações. Os limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Eficácia preclusiva. A relativização da coisa julgada.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Garantias e Prerrogativas do Defensor Público. Deveres, proibições e impedimentos. Carreira de Defensor Público. Hierarquia no âmbito interno. Regime disciplinar.

### DIREITOS HUMANOS

Direitos Humanos e acesso à justiça. O dever dos estados de promover o acesso à justiça. Desenvolvimentos no âmbito da Organização dos Estados Americanos relacionados à Defensoria Pública. Previsões legais de direito interno relativas à Defensoria Pública.



A incorporação dos tratados internacionais de proteção dos Direitos Humanos ao direito brasileiro.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Juizados Especiais: Lei 9.099/95, Lei 10.259/01 e Lei n. 12.153/09.

Locação: Lei 8.245/91.

### DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Da Execução das Medidas de Segurança. Da Cessação da Periculosidade. Lei 10.216/2001. Lei estadual de Minas Gerais, n  11.802/95. Resolução 05/2004 do CNPCP.

Do Procedimento Disciplinar. Artigos 614 a 705 do "Regulamentos e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais" (Remp)

## **PONTO 6**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Organização dos Poderes. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; aforamento de bens; cessão de uso.

### DIREITO PENAL

Potencial consciência de ilicitude. Causas legais e supralegais de exclusão da culpabilidade. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Sanções penais. Penas privativas de liberdade, restritivas de direito e multa. Aspectos penais das Leis 8.069/1990 e 11.101/2005.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Do processo e procedimento. Dos procedimentos comuns e especiais.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Responsabilidade Civil. Contratos Comerciais. Compra e venda mercantil. Mandato mercantil. Representação comercial. Seguro.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos: conceito, princípios, requisitos de admissibilidade e efeitos. Recursos em espécie. Reexame necessário. Ação rescisória. Lei Federal nº 8.038/90. Repercussão geral. Súmula. Súmula Vinculante. Lei Federal nº 11.417/06. Reclamação. Regimento Interno do TJ/MG, do STJ e STF.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Princípios Institucionais. Unidade, indivisibilidade e independência funcional. Aplicabilidade dos artigos 93 e 96, inciso II, da Constituição da República. Defensor Público natural.

### DIREITOS HUMANOS

Fontes, classificação, princípios e características do direito internacional dos Direitos Humanos

O dever estatal de dar pleno cumprimento às obrigações assumidas em tratados internacionais: o caso dos Direitos Humanos.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Violência doméstica: Lei 11.340/06.

Direito ambiental: Lei 9.605/98

### DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Do Processo da Execução Penal. Do Processo Judicial: Do Procedimento Judicial. Recursos. Habeas Corpus. Princípio do Devido Processo Legal no Âmbito da Execução Penal. Princípio do Juiz Natural. Princípio do Contraditório. Princípio da Ampla Defesa. Princípio do duplo grau.



Princípio da Proporcionalidade. Princípio da Publicidade. Princípio da Segurança Jurídica. Princípio da Presunção de Inocência. Princípio da Responsabilidade Pessoal. Princípio do Ativismo Judicial. Princípio da Razoável Duração do Processo.

Resolução nº 113, de 20 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Notas Técnicas da Comissão Especializada em Execução Penal do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE).

Da Soma e Unificação de Penas.

## **PONTO 7**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Funções essenciais à justiça. Responsabilidade Tributária. Sucessores. Terceiros. Por Infrações.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Controle da Administração Pública. Espécies. Controle Administrativo, legislativo e jurisdicional. Controle exercido pelo Tribunal de Contas. A teoria da reserva do possível.

### DIREITO PENAL

Exclusão da tipicidade. As escolas penais. Autoria e participação. Crimes multitudinários. A parte especial do Código Penal. Crimes contra o patrimônio, a propriedade imaterial, a organização do trabalho, o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Aspectos penais das Leis 13.964/2019.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Das provas.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Registros Públicos. Lei 6.015/73. Falência. Caracterização. Os ritos procedimentais na falência. A sentença falimentar. Efeitos da declaração falimentar. Revogação dos atos praticados pelo falido. A administração da falência. Arrecadação. Verificação e classificação dos créditos. Liquidação e realização do ativo. Extinção das obrigações.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processo de execução: da execução em geral. As diversas espécies de execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Remissão, suspensão e extinção do processo de execução. Liquidação e cumprimento de sentença.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Direito de Acesso à Ordem Jurídica Justa. Crise do Sistema de Justiça. Efetividade. Poder de requisição do Defensor Público.

Atuação extrajudicial da Defensoria Pública. Atuação na esfera administrativa.

Precedentes quanto à Defensoria Pública, especialmente dos Tribunais Superiores, e matérias pendentes de julgamento.

### DIREITOS HUMANOS

Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: casos contenciosos.

A execução de decisões oriundas de tribunais internacionais de Direitos Humanos no Brasil.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Lei do Marco Civil da Internet: Lei n. 12.965/14.

### DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Da Aplicação da Pena. Da Suspensão Condicional da Pena. Da Reabilitação. Da Prescrição da Pretensão Executória. Demais disposições e institutos aplicáveis à Execução Penal previstos na Constituição Federal, no Decreto-Lei nº. 2.848/40 (Código Penal), no Decreto-Lei nº. 3.689/41



(Código de Processo Penal), na Lei nº. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), na Lei nº. 11.343/06 (Lei Antidrogas), na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e no Decreto-Lei nº. 3.688/41 (Lei de Contravenções Penais).

Da Pena de Multa.

Dos Órgãos da Execução Penal, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da Execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos Penitenciários. Patronato. Conselho da Comunidade. Defensoria Pública. A Defensoria Pública na Execução Penal. Legitimação Social. Da tutela individual e coletiva dos presos realizada pela Defensoria Pública.

## **PONTO 8**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Crédito Tributário. Constituição. Suspensão. Extinção. Exclusão.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade civil e patrimonial do Estado: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso.

### DIREITO PENAL

Erro de tipo e erro de proibição. Concurso de pessoas. Aplicação da pena e regimes penitenciários. Livramento condicional. Aspectos penais das Leis 13.869/2019, 10.826/2003 e 8.078/1990.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Instrução criminal. Prisão e suas modalidades. Das medidas cautelares. Liberdade Provisória. Fiança. Citações e intimações. Questões e processos incidentes.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Direito das Obrigações. Modalidades. Transmissão. Adimplemento e Extinção. Inadimplemento. Usucapião.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tutela de urgência. Tutela antecipada e tutela cautelar. Tutela antecipada genérica e específica. Ações cautelares nominadas e inominadas. Ação de desapropriação. Processo eletrônico.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Direitos dos assistidos (art. 4º-A da Lei Complementar 80/94, art. 37, §3º, Constituição da República e Lei 13.460/17). Negativa de atuação.

Prerrogativas processuais do Defensor Público. Regramento específico da Defensoria no Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). A Defensoria Pública como órgão da execução penal.

Atuação no microsistema de formação de precedentes (artigos 926 e seguintes do Código de Processo Civil).

### DIREITOS HUMANOS

Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: opiniões consultivas.

Normas de interpretação dos tratados de Direitos Humanos.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Lei Geral de Proteção de Dados: Lei n. 13709/18.

Lei do Cadastro Positivo – Lei n. 12.414/2011.



## DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Do Condenado e do Internado. Da Classificação.

Dos Estabelecimentos Penais. Da Penitenciária. Da Colônia Agrícola, Industrial ou Similar. Da Casa do Albergado. Do Centro de Observação. Do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Da Cadeia Pública. Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008.

Resolução nº 5, de 25 de novembro de 2016, do CNPCP – Dispõe sobre os indicadores para fixação de lotação máxima nos estabelecimentos penais. Numerus Clausus.

Do Livramento Condicional.



## **PONTO 9**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Controle Judicial de políticas Públicas. Ordem Econômica e Financeira. Garantias e privilégios do crédito tributário.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Limitações do Estado sobre o direito de propriedade. Limitações administrativas. Ocupação temporária. Requisição administrativa. Tombamento. Servidão administrativa. Parcelamento, edificação e utilização compulsórios. Desapropriação. Modalidades. Desapropriação indireta. Retrocessão. Ordenamento urbano. Estatuto das Cidades. Populações tradicionais. Acesso ao território e garantias territoriais.

### DIREITO PENAL

Ilicitude. Regimes penitenciários. Desvio subjetivo de conduta. A parte especial do Código Penal. Crimes contra a dignidade sexual, a família, a incolumidade pública, a paz pública, a fé pública e a administração pública. Aspectos penais das Leis 11.340/2006.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Crimes de competência do júri e do juiz singular. Pronúncia. Impronúncia. Absolvição sumária. Desclassificação. Desqualificação. Quesitos. Do julgamento pelo Tribunal do Júri.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Direito de empresa. Empresário. Empresa individual de responsabilidade limitada. Sociedade. Estabelecimento. Institutos complementares.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previstos no Código de Processo Civil e na legislação extravagante. Ação Civil Pública e as ações coletivas. O microsistema processual coletivo. A Defensoria Pública e a tutela coletiva. Habeas Data. Ação Popular. Ações da Lei de Locação de Imóveis Urbanos: despejo, consignatória de aluguel e acessórios, renovatória e revisional. Postulação e defesa. Ação de alimentos. Execução de alimentos. Lei de alimentos e disposições do Código de Processo Civil. Alimentos gravídicos. Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma). Separação, divórcio direto e mediante conversão. Ação declaratória de união estável (em vida e póstuma). Separação e divórcio extrajudiciais.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções. Capacidade postulatória do membro da carreira. Advocacia dativa. Natureza jurídica do vínculo existente entre Defensor Público e assistido. Honorários devidos à Defensoria Pública.

Defesa judicial e extrajudicial de interesses individuais, coletivos ou difusos.

### DIREITOS HUMANOS

O sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos: Declarações e Tratados da Organização das Nações Unidas.



Órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos Direitos Humanos: sistemas da Organização das Nações Unidas estrutura, competência, funcionamento e documentos produzidos.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Pessoas com Deficiência e Idosas: Lei 13.146/2015, Lei 7.853/89; Lei 10.048/00; Lei 10.098/00; Lei 10.741/03; Lei 10.690/03; Decreto 3.298/99; Decreto 5.296/04.

### DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Da Assistência. Da Assistência Material. Da Assistência à Saúde. Da Assistência Jurídica. Da Assistência Educacional. Da Assistência Social. Da Assistência Religiosa. Da Assistência ao Egresso.

Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2018, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dos Incidentes de Execução. Das Conversões. Do Excesso ou Desvio. Do Indulto e Comutação de Pena.

## **PONTO 10**

### DIREITO CONSTITUCIONAL, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Ordem Social. Disposições Constitucionais Gerais. Disposições Constitucionais Transitórias. Constituição do Estado de Minas Gerais. Processo Administrativo. Tributário e Processo Judicial Tributário.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Improbidade Administrativa. Proteção da probidade administrativa. Instrumentos de atuação. As sanções na Lei 8.429/92. Prescrição.

### DIREITO PENAL

Princípios do Direito Penal. Tentativa impossível. Execução da pena. Lei nº 10.216/2001. Erro de execução e resultado diverso do pretendido. Ação penal. Aspectos penais das Leis 8.072/1990, 12.850/2013 e 9.609/1998.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

Recursos. Fontes normativas dos recursos. Classificação dos recursos. Procedimento recursal. Efeitos dos recursos. Juízo de admissibilidade. Extinção anormal das vias recursais. Dos recursos em espécie. Nulidades.

### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

Títulos de crédito.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A Fazenda Pública como parte no processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela antecipada, tutela específica. Ação de conhecimento e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção individual e coletivo. Juizados Especiais Cíveis. Enunciados. Improbidade administrativa.

### PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Distinção entre as funções 'típicas' e 'atípicas' da Defensoria Pública. Exercício da curadoria especial.

Meios adequados de solução de conflitos. Educação em direitos.

### DIREITOS HUMANOS

Resolução de conflitos ante a colisão de direitos fundamentais.

A proteção internacional dos direitos sociais, econômicos e culturais.

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Lei das Parcerias Públicos Privadas – Lei n. 11079/2004.

Improbidade Administrativa – Lei n. 8429/92.

Direito Agrário: Lei 4.504/64, Lei 8.629/93 e Lei 6.969/81.



## DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

Da Disciplina. Das Faltas Disciplinares. Das Sanções e das Recompensas. Da Aplicação das Sanções

Do Processo Administrativo.